

FACT SHEET - PRECIFICAÇÃO DE CARBONO

O que você precisa saber



PRECIFICAÇÃO DE CARBONO

É um dos principais mecanismos de um conjunto de políticas públicas e corporativas destinadas a manter o aumento na temperatura média da Terra na faixa de 1,5°C a 2°C acima dos níveis pré-industriais, objetivo central do Acordo de Paris. Com a precificação, pode-se acelerar a redução nas emissões de gases de efeito estufa (GEE).



Na precificação, instrumentos de mercado ajudam países e empresas a cumprir metas de corte nas emissões de GEE.



Os governos atribuem um custo às emissões por meio da regulamentação de instrumentos como o **mercado de carbono** e/ou a **tributação das emissões**.



Como fica mais caro utilizar tecnologias intensivas em carbono, empresas são estimuladas a investir na economia limpa e de baixo carbono.

45 GOVERNOS NACIONAIS
+25 GOVERNOS SUBNACIONAIS
=11 BILHÕES DE TONELADAS DE CO₂ EQUIVALENTE/ANO

Adotaram a precificação de carbono, representando 20% das emissões globais. Utilizam tributos sobre as emissões e/ou o sistema de comércio de emissões (mercado de carbono).

TERMÔMETROS AQUECIDOS NÃO MENTEM

O aumento exorbitante na concentração de GEE na atmosfera desde o início da Revolução Industrial no século 18 está elevando rapidamente a temperatura do planeta. Por causa do aquecimento global, o mundo passou a conviver com chuvas mais intensas e secas severas, entre outros impactos adversos.

O Brasil, por exemplo, poderá perder cerca de 11 milhões de hectares de terras agrícolas até 2030, de acordo com o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

PAGANDO A CONTA DO CARBONO

A precificação internaliza nos preços de produtos e serviços o custo social do carbono, que reflete custos geralmente ocultos de impactos como a elevação no nível do mar e a perda de espécies.

O setor de seguros tem monitorado o aumento nas **perdas decorrentes de desastres naturais, que somaram US\$ 3,8 trilhões de 1980 a 2012**, segundo a resseguradora alemã Munich Re. Dessas perdas, 74% foram causadas por eventos climáticos extremos.

NÃO FAZER NADA É BEM MAIS CARO

O economista britânico Nicholas Stern escreveu um artigo em 2015 no qual estima a necessidade de investimento anual de 2% do PIB global na transição rumo a uma economia de baixo carbono, condição indispensável para evitar que a temperatura média do planeta suba acima de 2°C até 2100. **É um percentual muito menor que o custo da inação, que implicaria perdas anuais entre 5% e 20% do PIB global**, de acordo com o relatório que Stern publicou em 2006.

US\$ 82 BILHÕES

O **valor anual dos tributos sobre emissões e do mercado regulado de carbono** aumentou 56%, passando de US\$ 52 bilhões em 2017 para US\$ 82 bilhões em 2018. O incremento foi motivado pela alta nos preços do carbono e o início de operação de novas iniciativas de precificação de carbono.

TRIBUTAÇÃO DO CARBONO

O tributo sobre as emissões de GEE equivale a um preço a ser pago por unidade de emissão – geralmente uma tonelada de CO₂ equivalente (CO₂e).

Sua finalidade é estimular as companhias a substituir tecnologias intensivas em carbono por processos de baixo carbono. O tributo pode ser criado como imposto, taxa ou contribuição sobre as emissões.

COMÉRCIO DE EMISSÕES

Reguladores podem criar mercados em que os agentes interagem em negociações de compra e venda de direitos de emissão, também conhecidos como licenças ou permissões (*allowances*). O mercado de carbono é o único instrumento de 21 dos 45 governos nacionais que adotam tributação e comércio ou um dos dois mecanismos.

O Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS) é o primeiro e o maior sistema de negociação de GEE do mundo, responsável por três quartos do comércio internacional de carbono. Em 2013, foi definido um teto (*cap*) para as emissões totais dos 31 países integrantes do EU ETS – 2,084 bilhões de tCO₂e – que declina anualmente.

INSTRUMENTOS DE PRECIFICAÇÃO DE CARBONO, VOLTADOS À REDUÇÃO NAS EMISSÕES DE GEE



Sistemas subnacionais de comércio de emissões de um país também podem se conectar diretamente a mercados subnacionais regulados de outros países. É o caso do mercado interligado de carbono entre o estado da Califórnia, nos Estados Unidos, e os das províncias de Ontário e Québec, no Canadá, em operação desde o início de 2018.



O preço do carbono na maior parte das iniciativas de precificação oscilou em abril de 2018 abaixo de US\$ 40 a tonelada de CO₂ equivalente, valor de referência para 2020 utilizado pelo Banco Mundial. Ocorreu, porém, substancial incremento nos preços desde 2017, quando só 25% das emissões globais eram tributadas ou negociadas a partir de US\$ 10 a tonelada. Em abril de 2018, 54% das emissões foram cotadas desde US\$ 10.

MERCADO DE CARBONO

O pioneiro e maior mercado de emissões do mundo é o Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS, European Union Emissions Trading System). Também há mercados regulados na Suíça, Nova Zelândia, Coreia do Sul e em diversas jurisdições subnacionais, a exemplo do estado da Califórnia (EUA), das províncias de Québec e Ontário, no Canadá, de Tóquio, no Japão, e de várias cidades chinesas, como Pequim, Shenzhen e Xangai. A China, inclusive, anunciou em dezembro de 2017 seu plano para operacionalizar por etapas seu sistema nacional de comércio de emissões, começando pelo setor energético.

O BRASIL NO MAPA

A Contribuição Nacional Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris é uma dentre 88 NDCs que consideram utilizar mecanismos de mercado para acelerar a redução das emissões. Para avaliar opções para implementar uma precificação de carbono mandatória no Brasil, o governo participa desde 2011 do projeto PMR (Parceria para Preparação do Mercado), iniciativa administrada pelo Banco Mundial que apoia a preparação de políticas de mercado de carbono em diversos países em desenvolvimento. Espera-se que o país estabeleça um mecanismo de precificação de carbono nos próximos cinco anos.

AMÉRICA LATINA

México, Colômbia e o Chile já cobram tributos de carbono de setores econômicos altamente emissores, como o energético. O Chile arrecadou o equivalente a US\$ 193 milhões em imposto verde em 2017, cobrados de 94 estabelecimentos (fontes fixas) que possuem caldeiras ou turbinas com potência igual ou superior a 50 megawatts térmicos (MWt).

As quatro geradoras de energia elétrica do Chile anunciaram no fim de janeiro de 2018 um acordo com o governo em que se comprometeram a não mais investir em usinas termoelétricas a carvão, exceto se a planta contar com sistema de captura e armazenamento de carbono.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE PRECIFICAÇÃO DE CARBONO PODEM SER CONSULTADAS NAS SEGUINTE PUBLICAÇÕES:

Navegando por cenários de precificação de carbono (2015)
<http://bit.ly/2sXiaaR>

Precificação de carbono: o que o setor empresarial precisa saber para se posicionar (2016)
<http://bit.ly/2JFVK8J>

Putting a price on carbon (2017)
<http://bit.ly/2y73Txo>

Página do CDP sobre precificação de carbono
<http://bit.ly/2LQSWSy>